

SEED – MEC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**Relatório de Gestão
2008**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - SEED

Secretário de Educação a Distância
CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY

Chefe de Gabinete
ANTONIO CARLOS SCANDAROLI

Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão
ROGÉRIO DE JESUS COSTA SOUSA

Diretor de Regulação e Supervisão em Educação a Distância
HÉLIO CHAVES FILHO

Coordenadora-Geral de Regulação
MARIA SUELY CARVALHO BERTO

Coordenadora de Supervisão
PATRÍCIA PARRA FERREIRA DOS SANTOS

Diretor de Produção de Conteúdos e Formação em Educação a Distância
DEMERVAL GUILARDUCCI BRUZZI

Coordenador-Geral de Produção de Programas em Radiodifusão
ÉRICO GONÇALVES DA SILVEIRA

Coordenadora-Geral de Capacitação e Formação em Educação a Distância
SIMONE MEDEIROS

Diretor de Infra-Estrutura Tecnológica - Interino
ANTÔNIO CARLOS ALVES CARVALHO

Coordenadora-Geral de Suporte de Sistemas
ADRIANE KLAMT DA CUNHA

1. Identificação

Tabela 01 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Educação a Distância – SEED	
CNPJ	00.394.445/0540-23	
Natureza Jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo	
Vinculação Ministerial	Ministério da Educação	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios Bl.L 1º andar Brasília-DF CEP: 70047-900	
Endereço da página institucional na internet	http://portal.mec.gov.br/seed/	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União.	Decreto nº 1.917, de 27/05/1996 Norma que estabelece a estrutura orgânica no período de gestão sob exame: Decreto nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007, publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas: Decreto nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007.	
Códigos da UJ titular do relatório	UG - 150010 – Secretaria de Educação a Distância – Gestão – 00001 – Tesouro Nacional	
Códigos das UJ abrangidas	Não se aplica	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	12 - Educação	
Tipo de atividade	Educação a Distância	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Secretaria de Educação a Distância	150010

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades Institucionais - Papel da Unidade na Execução das políticas públicas

A Secretaria de Educação a Distância – SEED do Ministério da Educação foi criada pelo Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996. O Decreto 5.159, de 28 de julho de 2004, aprovou a nova estrutura regimental do MEC, alterando, conseqüentemente a estrutura da SEED. Esta reestruturação foi realizada com o objetivo de permitir a potencialização dos recursos existentes e qualificar a atuação da SEED junto aos seus públicos-alvo. Os recursos financeiros da maioria das ações da SEED estão alocados e disponibilizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

A SEED tem como um de seus princípios de trabalho o respeito à autonomia de seu público-alvo: alunos, professores e gestores de escolas públicas de ensino fundamental, médio e de instituições públicas de ensino superior, bem como secretarias estaduais e municipais de Educação.

Com base nesse princípio, a SEED propõe-se a realizar um trabalho colaborativo, promovendo a integração entre parceiros e programas, respeitando o pluralismo de idéias e de concepções educacionais que fundamentam os projetos pedagógicos dos diferentes sistemas de ensino e das escolas, e buscando a otimização dos recursos públicos.

A educação é uma das prioridades do Governo Federal. Educação para todos e em todos os níveis, com democracia e qualidade. Nesse contexto, a SEED atua como um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e das técnicas de educação a distância aos métodos didático-pedagógicos. Além disso, promove a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras.

As atribuições do antigo DEIED, que tinha sob sua supervisão as ações de capacitação (de multiplicadores, de gestores e de técnicos de suporte), compra de equipamentos de informática relativas ao Programa Nacional de Informática na Educação e as ações desenvolvidas pelo Centro de Experimentação em Tecnologia Educacional - CETE foram partilhadas na atual Diretoria de Produção de Conteúdos e Formação em Educação a Distância – DPCEAD e na atual Diretoria de Infra-Estrutura Tecnológica em Educação a Distância – DITEC.

O DITEC desenvolve ações de implementação de infra-estrutura tecnológica, incluindo a aquisição de equipamentos, capacitação técnica, suporte para o Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo, para os projetos TV Escola e Rádio Escola, bem como prospectando novas soluções tecnológicas com a finalidade de ampliar o parque tecnológico das escolas e Núcleos de Tecnologia Educacional – NTE nos inúmeros municípios das regiões brasileiras. Conta com o Centro de Experimentação em Tecnologia Educacional – CETE, criado para prospectar, promover e desenvolver ações em tecnologia educacional disseminando informações, pesquisas, soluções, produtos e ferramentas, ampliando e aprimorando o conhecimento de professores e alunos nas novas tecnologias e auxiliando os Núcleos Tecnologia Educacional e escolas.

Com os recursos disponibilizados pelo FNDE foram adquiridos até agora 80.244 aparelhos de DVD para atendimento a 80.244 unidades escolares divididas entre escolas e Núcleos de Tecnologia, aquisição de 400 gravadoras internas e 400 gravadoras externas de DVD para Núcleos de Tecnologia, objetivando a reprodução dos programas do Canal **TV Escola**. Foram adquiridos também 81.875 kits de autoração de mídias para DVD – Volume 1, contendo 150 horas de programação do Programa TV Escola e 75.000 do Volume II. Ainda nesse período foram renovados os contratos de geração e transmissão dos sinais analógicos e digitais da TV Escola, dando continuidade às atividades do programa.

O ProInfo já instalou nas escolas e NTEs 312.545 computadores e capacitou cerca de 300.000 professores. Foram formados até o ano de 2004 2.169 multiplicadores, 9.085 diretores de escolas e coordenadores pedagógicos, 1.200 técnicos de informática e 10.087 alunos-técnico, que atuam nas suas respectivas escolas como suporte tecnológico, completando o quadro de realizações do ProInfo.

Além de seus programas, a SEED atua de forma transversal no Ministério da Educação, prestando apoio técnico e pedagógico a projetos e programas cujas coordenações estejam em outras Secretarias, a exemplo dos Programas Proinfantil e Pró-Letramento (Secretaria de Educação Básica – SEB) e Escola de Gestores (Secretaria de Educação Básica).

Em 2008, a Secretaria de Educação a Distância, em parceria com IPES (Instituições Públicas de Ensino Superior), deu continuidade ao Programa *Mídias na Educação*, ofertando o Ciclo Intermediário do curso e implementou a segunda oferta do Ciclo Básico do programa. O programa de formação a distância para profissionais de ensino, gestores e coordenadores pedagógicos das escolas das redes públicas de ensino visa o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação. O objetivo é incentivar e capacitar o educador para que ele possa inserir diferentes mídias como TV, vídeo, informática, rádio e impressos no processo de ensino-aprendizagem, o que pode tornar o aluno um leitor mais crítico e criativo, capaz de produzir e estimular a produção de conhecimento. O *Mídias na Educação* é um programa de formação continuada na modalidade a distância, sendo estruturado em

módulos, onde há diferentes possibilidades de certificação: Extensão (120 horas), Aperfeiçoamento (180 horas) e Especialização (360 horas). Em 2006, iniciou-se a primeira versão do ciclo básico, com 10 mil vagas para profissionais da educação básica selecionados pelos próprios estados brasileiros e em 2007 deu-se prosseguimento ao Programa. Atualmente, 25 (vinte e cinco) Universidades Federais, 4 (quatro) Universidades Estaduais e o CEFET/Pelotas/RS oferecem o curso em todo o país.

O Programa Banda Larga nas Escolas foi lançado no dia 08 de abril de 2008 pelo Governo Federal, com a gestão operacional da SEED e tem como objetivo conectar todas as escolas públicas à Internet, rede mundial de computadores, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no país.

A partir da articulação da Presidência da República, Casa Civil, Ministério da Educação, Ministério do Planejamento, Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) juntamente com as operadoras de telefonia fixa (Brasiltelecom, Oi (Telemar), Telefônica (Telesp), SERCOMTEL e CTBC), foi assinado o Termo Aditivo ao Termo de Autorização de exploração da Telefonia Fixa que possibilitará a conexão, até o ano de 2010, de todas as escolas públicas urbanas à Internet, sendo que o serviço será mantido de forma gratuita até 2025.

Os Governos de Estados e Municípios estão automaticamente contemplados, ou seja, todas as escolas públicas urbanas estaduais e municipais irão receber os benefícios do programa sem a necessidade de adesão.

A gestão do Programa é feita em conjunto pelo MEC/SEED e Anatel em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais.

Além disso, a SEED/MEC também promoveu outras ações importantes para a educação brasileira como o desenvolvimento de um novo equipamento de projeção interativa, desenvolvido em parceria com as universidades públicas brasileiras, por meio do investimento em pesquisa.

Em 2008 a SEED/MEC desenvolveu uma série de ações que promoveram a inclusão digital e social da sociedade brasileira e a melhoria da educação no país. Entre elas, podemos destacar a oferta de ensino superior a distância, por meio do *Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)*, que iniciou suas atividades em junho de 2006, em parceria com o Banco do Brasil, oferecendo 10 mil vagas no curso superior a distância em administração. Além disso, a *UAB*, que já conta com a participação de 290 pólos de apoio presencial que iniciaram suas atividades, em 2006, em 289 municípios brasileiros distribuídos em todos os estados da federação. Em outubro de 2006, foi aberta nova chamada pública, na qual todos os outros municípios que ainda não faziam parte do sistema *UAB* foram convidados a fazer parte do programa e oferecer ensino superior público e gratuito à sua comunidade. O prazo de envio de propostas encerrou-se em 30 de março de 2007.

Outra ação importante desenvolvida pela SEED em 2008 foi a aquisição de 190 mil computadores para o ProInfo Urbano e 35 mil para o ProInfo Rural, por meio do Programa Nacional de Informática na Educação (*ProInfo*). Os equipamentos, que beneficiarão cerca de 245 mil (duzentos e quarenta e cinco mil) professores e mais de 13 milhões de alunos, serão destinados às escolas públicas de ensino básico brasileiras em 2009. Além disso, o *ProInfo* distribuiu, no início do ano letivo passado, 112 mil computadores para escolas pertencentes ao ProInfo Urbano e 18 mil para escolas pertencentes ao ProInfo Rural de todas as regiões do país e 18 mil kits do programa *DVD Escola divididos nos Volumes I e II*, contendo cada um 50 mídias para DVD, com, aproximadamente, 150 horas de programação produzida pela *TV Escola*, por meio do aditamento dos Contratos nº 088/2006 124/2006.

O Portal Domínio Público é mais uma ação da SEED/MEC que continua ocupando posição importante no cenário educacional nacional. O programa, lançado em novembro de 2004, pela Secretaria de Educação a Distância, recebeu, até dezembro de 2008, mais de quatorze milhões de visitas. O portal promove acesso a obras literárias, artísticas e científicas em forma de som, texto,

vídeo e áudio, já em domínio público, ou obras que tenham a devida licença por parte dos titulares dos direitos autorais. Foram cadastradas mais de 104 mil obras. O Portal já possui mais de 48 mil publicações de teses e dissertações vindas de diferentes Instituições de Ensino Superior do país. A publicação dos textos na internet tornou-se obrigatória no início de 2006 com a publicação da Portaria nº 13, da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que diz que os programas de pós-graduação devem exigir dos pós-graduandos, a entrega de teses e dissertações em formato eletrônico junto com a apresentação da versão impressa.

A formação de professores também teve atenção especial da SEED/MEC em 2008. Além do *Pró-Licenciatura*, programa desenvolvido em parceria entre as Secretarias de Educação a Distância e Educação Básica do MEC, que oferece, gratuitamente, cursos superiores a distância para professores da rede pública que não têm a formação exigida, mas estão em exercício nas séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª) e no ensino médio e que ofertou cerca de 30 mil vagas no ano passado. O *Proformação*, curso a distância, em nível médio, com habilitação para o magistério, oferecido pelo MEC em parceria com estados e municípios, que destina-se aos professores que, sem formação específica, lecionam nas quatro séries iniciais, classes de alfabetização ou educação de jovens e adultos (EJA), nas redes públicas, já formou, no Brasil, desde 1999, 33.993 professores. Em maio de 2006, no Seminário Internacional do Proformação, em Brasília, representantes de São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Guiné-Bissau discutiram a implementação do programa. O *Proformação* é executado no Timor Leste, com apoio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC).

A Coordenação-Geral de Supervisão em Educação a Distância é responsável, dentro da Diretoria de Regulação e Supervisão em Educação a Distância, pela supervisão das instituições credenciadas para oferta de educação a distância.

A supervisão é a atividade estatal de verificação do cumprimento da legislação pelos administrados num ambiente regulado, que tem como meta a garantia de padrão de qualidade da Educação, prevista no inciso VII do artigo 206 da Constituição Federal. Foi estabelecida na Lei nº 9.394/1996 e, no caso específico da EAD, no inciso V, §4º, art. 5º e Capítulo III do Decreto nº 5.773/2006. Seu objetivo central é identificar e sanar as irregularidades existentes na oferta de EAD, por meio de procedimentos específicos estabelecidos na Lei nº 9.784/1999 e nos Decretos 5.773/2006 e 6.303/2007.

Para efetivar a supervisão foram realizadas as seguintes atividades em 2008:

Atividade	Quantidade
Procedimentos abertos	14
Notas Técnicas de análise de IES	8
Termos de Saneamento de Deficiências firmados	3
Medida cautelar	1
Visitas in loco de supervisão em polos de apoio presencial	78

Para receber denúncias sobre irregularidade das instituições foi criado e divulgado o correio eletrônico institucional supervisaoead@mec.gov.br em agosto de 2008. Esse correio eletrônico recebeu, em média, 200 mensagens por mês contendo reclamações e solicitações de informações. Todas as mensagens foram devidamente respondidas.

Compete à Coordenação-Geral de Regulação – CGR as ações visando a regulação da modalidade a distância. Em relação aos atos autorizativos compete à CGR exarar parecer sobre os pedidos de credenciamento e recredenciamento de instituições específicos para oferta de educação

superior a distância, bem como sobre os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na modalidade.

Realizações da CGR em 2008:

1. Análise de processos protocolados no **Sistema SAPIENS**

Tipo de Processo	Quantidade analisada
Credenciamento institucional	90
Credenciamento de pólos	1.720
Autorização de cursos	285
Recredenciamento para graduação	9
Recredenciamento de pólos	436
Credenciamento para lato	18
Recredenciamento para lato	7
Reconhecimento	28
TOTAL	2.593

Desse total:

- a) foram indeferidos e arquivados 1.849 processos
- b) foram deferidos e tiveram portaria publicada 44 processos, a saber:
 - credenciamento institucional - 6
 - credenciamento para lato – 11
 - autorizações de cursos – 9
 - credenciamento de pólos – 18

2. Análise de processos protocolados no **Sistema e-MEC**

Tipo de Processo	Quantidade analisada
Reconhecimento de curso	68

3. Credenciamento experimental para EAD de 33 Instituições Públicas de Ensino, participantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB (publicação da Portaria 1.050/2008);

4. Atendimento a instituições e público e em geral para esclarecimentos sobre educação a distância via telefone, e-mail, ofício ou na própria SEED, pessoalmente;

5. Participação em reuniões e eventos sobre educação a distância.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

A Secretaria de Educação a Distância - SEED foi recentemente reestruturada pelo Decreto nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007, passando a trabalhar em três pontos de atuação principais: regulação e supervisão em educação a distância; infraestrutura em tecnologia educacional e produção de conteúdos e formação em educação a distância.

A SEED desenvolve as suas ações de forma articulada com os demais órgãos do MEC, com as Secretarias de Educação dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, com as redes de

telecomunicações públicas e privadas, e com as associações de classe, para o aperfeiçoamento do processo de educação a distância, visando garantir aos educadores, aos alunos e ao público em geral a democratização do acesso à informação, ao conhecimento e à educação, em todos os níveis e modalidades de ensino.

São princípios de atuação: o incentivo à autoria nas diversas mídias e a integração entre elas, sempre na perspectiva de valorizar os educadores e alunos e de contribuir para educação brasileira; o apoio ao desenvolvimento e uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação pelos sistemas públicos de ensino; incentivo à melhoria do padrão de qualidade da educação a distância em todos os níveis e modalidades.

2.3 Programas

No Plano Plurianual – PPA 2008-2011, a Secretaria de Educação a Distância insere-se nos seguintes programas:

- Programa 1061 – Brasil Escolarizado;
- Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica;
- Programa 1067 – Gestão da Política de Educação;

2.3.1. Programa 1061 – Brasil Escolarizado

Tabela 02 – Dados gerais do programa 1061

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Contribuir para o desenvolvimento e a universalização do Ensino Básico mediante aporte de recursos destinados à implementação de projetos caracterizados por ações que visem priorizar a ampliação do atendimento, bem como a melhoria e a qualidade da aprendizagem nas escolas públicas.
Gerente do programa	Daniel Silva Balaban
Gerente executivo	Adalberto Domingos da Paz
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 0 a 3 anos (%); taxa de frequência bruta ao Ensino Médio; taxa de frequência líquida à pré escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos (%); taxa de frequência líquida ao ensino fundamental da população na faixa etária de 7 a 14 anos (%); taxa de frequência líquida ao ensino médio da população na faixa etária de 15 a 17 anos (%);
Público-alvo (beneficiários)	Crianças e adolescentes e jovens matriculados na Educação Básica

2.3.1.1. Principais ações do programa

2.3.1.1.1. Ação – 0A30 – Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica.

Tabela 03 - Dados gerais da ação – 0A30

Tipo	Operação Especial
Finalidade	Estimular a formação inicial ou continuada de professores da Educação Básica.
Descrição	Concessão de bolsas a professores cursistas, professores formadores, professores tutores e participantes de projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias educacionais, de acordo com a Lei 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, visando a qualificação de recursos humanos para a educação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Educação a Distância - SEED
Coordenador nacional da ação	Maristela Debenest
Unidades executoras	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DPCEAD/SEED
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	

Resultados

Esta ação contribuiu significativamente para a disseminação e ampliação dos programas de formação oferecidos pela capacitação dos professores (ação 8429). O incentivo das bolsas deu condições a milhares de professores por todo o Brasil a participarem de capacitação de alto nível e de padrões oficiais deste Ministério. Uma capacitação fomentada por bolsa só poderia resultar num aumento físico extremamente expressivo.

A ação fomentou a capacitação profissionais em vários ramos da Educação Básica: professores das séries iniciais, professores da Escola de Gestores, no ramo das Mídias na Educação, na licenciatura e no ensino infantil. Tais profissionais são capazes de tematizar e refletir criticamente a respeito da própria prática e do papel desempenhado num novo ambiente educacional.

Tabela 04 – Metas e resultados da ação 0A30

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	44.601.853,00	26.497.532,00	59,41%
Física	7.509*	106.030**	1.412,04%

* Fonte de dados SIMEC

** Fonte de dados SGB

Observação 1: O aumento da meta física desta Ação de 7.509 para 106.030 de bolsas concedidas em 2008, deve-se ao aumento da demanda em razão deste fomento.

Observação 2: Por questões de gestão, Bolsa Formação pela Escola passará a ser gerida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Observação 3: A bolsa pro-formação não foi paga pois o projeto BRA 017/99 foi encerrado.

2.3.1.1.2. Ação – 8429 – Capacitação e Formação Inicial e Continuada, a Distância, de Professores e Profissionais para a Educação Pública.

Tabela 05 - Dados gerais da ação – 8429

Tipo	Atividade
Finalidade	Capacitar professores da educação no uso pedagógico das tecnologias e linguagens

	midiáticas e quanto ao suporte técnico adequado, visando a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem nas redes públicas de educação.
Descrição	Concepção, articulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação de ações de capacitação e formação continuada para profissionais da educação em parcerias com IES, ONGs, OSCIPs, instituições privadas sem fins lucrativos e organismos internacionais, bem como a produção, disseminação e aquisição de materiais educacionais e de equipamentos que as viabilizem.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Educação a Distância - SEED
Coordenador nacional da ação	Ronara de Castro Azevedo de Alcântara
Unidades executoras	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DPCEAD/SEED
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	

Resultados

De uma forma geral todas as ações planejadas para o ano de 2008 foram cumpridas de forma satisfatória, nos prazos planejados pela Secretaria. Os objetos atenderam a todos os critérios qualitativos e quantitativos definidos.

Com relação ao *Proinfo Integrado*: a elaboração e desenvolvimento dos cursos; a disponibilização e a distribuição do material didático-pedagógico, a realização de 10 Encontros de Formação de Formadores/Multiplicadores do Programa, a formação direta de 2500 formadores/multiplicadores (aproximadamente) e, indiretamente (localmente), de aproximadamente 5.000 formadores, foram ações planejadas e atingidas de forma satisfatória.

Mídias na Educação obteve resultado extremamente satisfatório, cumprindo as metas quantitativas e qualitativas. Houve a participação de, aproximadamente, 38.000 professores e gestores do sistema público de ensino, assim como a elaboração e desenvolvimento dos módulos de conteúdo; disponibilização e distribuição do material didático-pedagógico (CD-Rom). O encontro nacional e as reuniões realizadas durante 2008 possibilitaram a análise e a avaliação das diretrizes do programa, visando para 2009 a adequação do conteúdo de acordo com as diretrizes do programa.

O *Proinfantil* iniciou com o Grupo 2 e 3.700 professores da educação infantil. Foram realizadas etapas de formação nacionais (02 reuniões com equipe gestora e 02 encontros de multiplicadores/formadores) e estaduais (18 encontros de formação de formadores e tutores) preparatórias para as fases presenciais, de monitoramento e avaliação da implementação do Curso e de acompanhamento do cursista. Foram impressos 9.000 kits dos módulos 1 e 2. Em 2008 iniciou-se parceria com 04 (quatro) Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, responsáveis pela capacitação de formadores e de tutores do Proinfantil.

Com o advento da Chamada Pública 1/2004, o *Prolicenciatura* teve sua demanda aumentada expressivamente pela matrícula de mais de 20 mil alunos. Na fase II do *Prolicenciatura*, a resolução 34/2005 do FNDE, permitiu repasse de recursos para as Instituições gerirem diretamente e mais proximamente o programa.

Tabela 06 – Metas e resultados da ação 8429

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	65.791.894,00	58.637.034,72	88,47%
Física	91.033	255.274	280,42%

Observação: A ampliação da meta física desta ação aconteceu com a mobilização e sensibilização realizadas nas formações de formadores/multiplicadores nos dez encontros regionais realizados no ano de 2008, com expansão da rede nacional de formadores para além da rede estadual, atingindo, com a constituição dos Núcleos de Tecnologia Municipais – NTM, novos formadores/multiplicadores da rede municipal. Devido a esse fato relevante, a meta física da ação será revista nas próximas avaliações do PPA.

2.3.1.1.3. Ação – 8434 – Produção e Veiculação de Programas, Materiais Pedagógicos e de Conteúdos Multimídia para a Educação Pública.

Tabela 07 - Dados gerais da ação – 8434

Tipo	Atividade
Finalidade	Fomentar a utilização de educação a distância e de materiais multimidiáticos e desenvolver tecnologias educacionais multimeios inovadoras para o uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) nos programas de formação inicial e continuada, na modalidade de educação a distância e presencial.
Descrição	Elaboração, produção, distribuição, aquisição e veiculação de programas e materiais multimídias de apoio à educação a distância e educação presencial e que utilizem as tecnologias da informação e comunicação no âmbito dos programas de formação continuada, de interesse do MEC, além de aquisição de acervo televisivo e em outras mídias, nacional e internacional. Também serão produzidos conteúdos didáticos em diferentes suportes de informação para uso em redes e em cursos mediados por tecnologias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Educação a Distância - SEED
Coordenador nacional da ação	Érico Gonçalves da Silveira
Unidades executoras	Secretaria de Educação a Distância - SEED
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DPCEAD/SEED
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	

Resultados

Essa ação reuniu a produção de inúmeros conteúdos digitais. As produções foram de temas os mais variados possíveis, isso contribuiu para a disseminação de conhecimentos múltiplos para também múltiplos públicos alvos. De uma forma geral as ações foram realizadas de forma satisfatória e dentro dos padrões de qualidade relacionados.

Algumas exceções como *Chamada Pública, Portal do Professor e o Banco Internacional* foram prejudicados no cumprimento de suas metas.

As ações referentes ao *Banco Internacional e ao Portal do Professor* foram finalizadas dentro do prazo, com algumas exceções de pedidos de prorrogação de prazos para alcance das metas previstas no PTA. Apesar disso, a meta alcançada pelas equipes foi superior a prevista com **4.667** recursos publicados no Banco Internacional de Objetos Educacionais. São recursos nos formatos citados acima e que atendem da educação infantil ao superior e modalidades de ensino e envolve as diferentes áreas de ensino. Desde o lançamento dos referidos Portais, em junho de 2008, esses recursos tiveram quase meio milhão de acessos por 103 países, além do Brasil (maior usuário).

Na *Chamada Pública*, Condigitais, foram apresentados 14 protótipos a esta Secretaria nas áreas de física, química, matemática, português e biologia.e nenhum dos que foram apresentados foram concluídos neste ano. A meta alcançada foi bem inferior à pretendida tomando-se por base a vultuosidade desse projeto. Estas produções destinam-se ao Ensino Médio e envolvem diversas áreas do conhecimento escolar.

A *TV Escola* é o programa responsável pelo maior volume de produções, foram 720 horas de programação contempladas em 101 títulos de compras e cessões feitas com a Synapse, Didak e ATTA Vídeo para a estruturação da grade de programação da *TV Escola*. As produções encontram-se em estágios diferentes, algumas em licitação, várias concluídas e entregues com resultado qualitativos e quantitativos satisfatórios e outras produções com problemas graves, mas que foram solucionados no decorrer das edições, sendo posteriormente aprovadas.

Todas as compras e cessões atenderam às especificidades e à qualidade empregadas pela *TV Escola* e pelo MEC como: fundamentar os componentes curriculares da Educação Básica; proporcionar a capacitação e a formação continuada de professores e estimular a leitura da imagem, além de apresentar linguagens e formatos dinâmicos e atrativos e compor a melhor programação possível para professores, alunos e público em geral.

Tabela 08 – Metas e resultados da ação 8434

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	26.372.397,00	24.275.603,21	92,05%
Física	500.000	7.705	1,54%

Observação 1: Tendo em vista a disparidade entre a meta prevista e a realizada, decorrente de equívoco nos lançamentos de dados quantitativos, será feita uma revisão neste item desta ação na próxima revisão do PPA 2008-2011.

Observação 2: O Programa TV Escola é uma das ações prioritárias da Secretaria de Educação a Distância – SEED, e importante instrumento de promoção da democratização da educação pública no Brasil. Os principais objetivos do programa, lançado nacionalmente em 1996, são a formação continuada dos professores, a valorização dos profissionais da rede pública e o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, por meio das transmissões da TV Escola. A educação a distância, com seus suportes multimídia, é um instrumento que permite romper as limitações derivadas da rede física e expandir, com rapidez e qualidade, a oferta de programas e cursos para a formação continuada, o aperfeiçoamento e a valorização dos professores da rede pública, na busca de uma nova qualidade na educação.

Observação 3: A produção de programas televisivos para a grade de programação da TV Escola atende fundamentalmente a duas orientações básicas: primeiro, num sentido mais amplo, às diretrizes estratégicas do Ministério da Educação, como indutor de políticas educacionais, entendida a educação como alavanca de viabilização de um novo projeto de desenvolvimento nacional, do fortalecimento da democracia e da redução permanente da desigualdade social, regional, étnica e de gênero; e, segundo, a formação continuada dos professores, diretores e coordenadores de escolas, para orientação de seu planejamento e estratégias de ensino.

Observação 4: Neste sentido, a Secretaria de Educação a Distância - SEED, por meio da Diretoria responsável pela TV Escola - o DPCEAD, em estreita parceria com as Secretarias afins, produziu

roteiros em diversas áreas temáticas para séries de programas educativos televisivos, visando atingir os objetivos estratégicos das novas políticas educacionais do MEC, quais sejam: melhoria da qualidade do ensino, extensão da educação de qualidade para todos e a erradicação do analfabetismo no país.

2.3.1.1.4. Ação - 6372 – Integração e Expansão do Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública – Proinfo.

Tabela 09 - Dados gerais da ação - 6372

Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem da escola pública, por intermédio do usos pedagógico da telemática e educar para a cidadania em uma sociedade tecnologicamente desenvolvida.
Descrição	A ação é implementada no âmbito do Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), que prevê aquisição, instalação e manutenção de equipamentos de informática para Escolas Públicas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) e Centro de Experimentação em Tecnologia Educacional (CETE).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Educação a Distância - SEED
Coordenador nacional da ação	José Guilherme Moreira Ribeiro
Unidade Executora	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DITEC/SEED
Coordenador nacional da ação	José Guilherme Moreira Ribeiro
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

Resultados

Por meio dos Pregões realizados pelo FNDE foram adquiridos 190.000 soluções de informática para atendimento a 19.000 unidades escolares do ProInfo Urbano, 35.000 soluções de informática para atendimento a 7.000 unidades escolares do ProInfo Rural. Foram realizados diversos repasses de recursos para atendimento a Projetos tais como:

O Pregão nº 083/2008 – que teve como objeto aquisições para o ProInfo Urbano no valor de R\$292.789.050,00, sendo comprometido desta ação o montante de R\$ 198.267.000,00 e o valor complementar oriundo da Ação 0509 (Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica) do FNDE.

Realizado pelo FNDE Pregão Eletrônico para aquisição de mobiliário para o ProInfo Rural, contendo cinco mesas e cadeiras, mais uma mesa de impressora para atendimento a escolas rurais. Valor R\$ 10.500.000,00, Concorrência aguardando finalização. A segunda vencedora do certame entrou com recurso judicial para desclassificação da vencedora, impossibilitando a aquisição com os recursos orçamentários do presente exercício.

Realizado pelo FNDE o Pregão nº 112/2008 objetivando a Autoração e distribuição das Mídias do Programa DVD- Escola Volume III e Volume IV - para atendimento a 75.600 escolas, Contrato nº

150/2008, Empresa vencedora Sonopress, valor total de R\$ 8.144.864,00, sendo R\$ 4.000.000,00 do Vol III e R\$ 4.144.864,00 do Vol. IV

Tabela 10 - Metas e resultados da ação – 6372

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	263.503.605,00	242.493.344,90	92,02%
Física	27.000	26.000	96,29%

Observação: 1. Pode ser visto por esse planejamento prévio das ações de atendimento das escolas públicas com laboratórios de informática que as metas previstas pelo PDE estão dentro das metas executadas, bem como os valores investidos, sendo os limites orçamentários os responsáveis pela diferença no atendimento.

2.3.1.1.5. Ação – 2A74 – Infra-Estrutura de Comunicações para a Educação Pública

Tabela 11 - Dados gerais da ação – 2A74

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover infra-estrutura tecnológica de conexão, transmissão e recepção de dados, imagens, vídeos, sons e outras mídias ativas, definidas pelos programas da SEED, por satélite, soluções terrestres, ou novas tecnologias de conexão que venham a ser desenvolvidas ao longo do período previsto pelo PPA para utilização pedagógica dos conteúdos disponibilizados por programas de inserção de Tecnologias para apoio o processo de ensino-aprendizagem em instituições de ensino brasileiras e bibliotecas escolares; Promover pesquisas e projetos para oferecer à comunidade educacional alternativas de conexão integradas, que possibilitem e promovam a interatividade, a construção do conhecimento, o aprimoramento profissional e a convergência digital.
Descrição	Aquisição, instalação, suporte de equipamentos de conexão, recepção e transmissão, para utilização pedagógica, dos conteúdos disponibilizados pelos projetos de inserção das TIC no processo de ensino aprendizagem implementados pela SEED. Aquisição e instalação da infra-estrutura digital de conexão de dados e de transmissão para garantir a qualidade no acesso aos conteúdos digitais disponibilizados possibilitando níveis de interatividade em todas as entidades beneficiadas e agentes parceiros aos programas; Pesquisas e projetos para aprimoramento das tecnologias de conexão e transmissão utilizadas pelos programas da SEED.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Educação a Distância - SEED
Coordenador nacional da ação	José Guilherme Moreira Ribeiro
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DITEC/SEED

Competências institucionais requeridas para a execução da ação	
---	--

Resultados

Transmissão do sinal dos Programas da TV Escola para cerca de 50.000 escolas, mediante Contrato nº 02/2008, no valor de R\$ 9.260.460,00 celebrado com a Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto-ACERP. Valor de capital utilizado para complementar os valores do Pregão Eletrônico nº 083/2008 para aquisição de soluções de informática para laboratórios escolares urbanos.

Repassado para o Edital de Chamada Pública o valor de R\$ 5.950.000,00

Tabela 12 – Metas e resultados da ação 2A74

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	38.789.540,00	37.516.659,22	96,71%
Física	29.000	29.000	100%

2.3.2. Programa 1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Tabela 13 - Dados gerais do programa 1062

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade.
Objetivos específicos	Ampliar, democratizar, expandir e interiorizar a oferta de ensino técnico de nível médio a distância público e gratuito, especialmente para o interior do País e para a periferia das áreas metropolitanas, por meio de programas de educação a distância, incentivando os jovens a concluírem o ensino médio e possibilitando sua inclusão no mercado de trabalho.
Gerente do programa	Eliezer Moreira Pacheco
Gerente executivo	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Secretaria de Educação a Distância – SEED e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Número – índice de matrículas iniciais na educação profissional de nível técnico (índice numérico); número – índice de matrículas iniciais na educação profissional de nível tecnológico (índice numérico).
Público alvo	Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional.

2.3.2.1 Principais ações do programa

2.3.2.1.1. Ação – 8252 – Educação Profissional e Tecnológica a Distância – E-TEC Brasil.

Tabela 14 - Dados gerais da ação – 8252

Tipo	Atividade
Finalidade	Ampliar a oferta de cursos profissionais e tecnológicos a distância, desenvolvidos diretamente pelas instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica.
Descrição	Desenvolvimento de cursos e metodologias para a educação profissional, em nível educação básica, para a ampliação da oferta nacional e difusão de padrões de qualidade, novas linguagens, metodologias e tecnologias de educação profissional na modalidade a distância, compreendendo desde a formação de recursos humanos para a produção de material até a contratação de serviços e realização de eventos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Educação a Distância - SEED
Coordenador nacional da ação	Hélio Chaves Filho
Unidades executoras	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Educação a Distância
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	

Resultados

A ação foi implementada por meio da descentralização de recursos a fim de financiar a produção de material didático, Capacitação de Gestores, Aquisição de Equipamentos e Bibliografia, Seleção de Alunos, Seleção e Capacitação de Tutores Presenciais e a Distância, Visitas de Coordenação e de Aulas Práticas e demais despesas com pessoa física e jurídica visando à oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade de educação a distância.

Foram, ainda, descentralizados créditos orçamentários às seguintes instituições: Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE, Universidade Federal de Goiás – UFG e Fundação Universidade Federal de Mato Grosso – UMT, no valor total de R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais), visando ao financiamento de ações incluídas no PAR.

Tabela 15 – Metas e resultados da ação 8252

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	31.500.000,00	23.857.319,01	76,00%
Física	50.000	22.983	45,96%

2.3.3. Programa 1067 – Gestão da Política de Educação

Tabela 16 - Dados gerais do programa 1067

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação dos controle dos programas na área da educação.
Objetivos específicos	
Gerente do programa	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Gerente executivo	

Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Ministério da Educação
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público alvo	Governo

2.3.3.1 Principais ações do programa

2.3.3.1.1. Ação – 4081 – Gerenciamento das Políticas de Educação a Distância.

Tabela 17 - Dados gerais da ação – 4081

Tipo	Atividade
Finalidade	Dar suporte ao planejamento, à avaliação e ao controle das ações pertinentes a essa modalidade de ensino, no âmbito de atuação da SEED, com vistas ao aprimoramento das ações ligadas à política nacional de educação fundamental.
Descrição	Suporte técnico e administrativo às ações-fim desenvolvidas pela SEED, envolvendo desde assessoria no desenvolvimento de planos educacionais e acompanhamento técnico, até avaliação e controle das ações de ensino a distância.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Educação a Distância - SEED
Coordenador nacional da ação	Ivone Costa de Oliveira
Unidades executoras	Secretaria de Educação a Distância - SEED
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Educação a Distância - SEED
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	

Tabela 18 – Metas e resultados da ação 4081

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	8.690.332,00	5.775.076,86	66,45%76,00%
Física	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

2.4. Desempenho operacional

Desempenho Operacional da ação: 0A30 – Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica.

Objetivo:

Estimular a formação inicial ou continuada de professores cursistas, professores formadores, professores tutores e participantes de projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias educacionais, visando a qualificação de recursos humanos para a educação.

a) Utilidade:

Esse indicador dará a dimensão do alcance da ação que é fomento aos programas de formação continuada como Mídias na Educação, Escola de Gestores, Pro-Infantil, Pró-Letramento, e Pró-Licenciatura, fornecendo dados quantitativos exatos.

b) Tipo:

- **Eficiência da ação:** esta ação não pode ser medida com relação a bens. O serviço, assim considerado, a concessão de bolsas é procedimento de fomento a formações continuadas da ação 8429, formações estas que ocorreram de forma satisfatória.

- **Eficácia da Ação:** considerando os indicadores físicos a ação superou os resultados esperados, mesmo considerando que não ocorreu concessão de bolsas para o programa Proformação, devido o encerramento deste projeto.

- **Efetividade da ação:** a ação obteve resultados bastante favoráveis, uma vez que a meta física realizada foi significativamente superada pela meta prevista, fato este que não implicou em mudanças na previsão orçamentária inicial, muito pelo contrário, os recursos foram visivelmente otimizados.

c) Fórmula de cálculo:

A quantidade de bolsas pagas a professores tutores é condicionada à quantidade de alunos, que por sua vez, também depende da demanda do município.

d) Método de aferição:

O indicador é medido por meio da quantidade de bolsas concedidas.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

FNDE e DPCEAD/SEED/MEC

f) Resultado do indicador no exercício:

- 2.172 Bolsas concedidas no âmbito do programa Escola de Gestores;
- 2.322 Bolsas concedidas no âmbito do programa Mídias na Educação;
- 12.103 Bolsas concedidas no âmbito do programa Pró-Infantil;
- 11.087 Bolsas concedidas no âmbito do programa Pró-Letramento;
- 78.346 Bolsas concedidas no âmbito do programa Pró-Licenciatura;

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

A mudança de gestão de sistema de gerenciamento de bolsas entre MEC e FNDE implicou em problemas de ordem técnica, causando alguns atrasos nos pagamentos, porém, estas falhas estão sendo sanadas e o pagamento das bolsas está sendo normalizado.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Todas as providências cabíveis para a normalização do pagamento de bolsas estão sendo tomadas pelo FNDE por meio dos gestores dos sistemas SGB e SIGEF.

Desempenho Operacional da ação: 8429 – Capacitação e Formação Inicial e Continuada, a Distância, de Professores e Profissionais para a Educação Pública.

Objetivo:

Disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas de ensino Fundamental e Médio pertencentes às redes estadual e municipal, visando a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, educando alunos, professores e técnicos para atuarem numa sociedade tecnologicamente desenvolvida.

Atender à demanda de cerca de 80% dos professores da rede pública por capacitação para o domínio dos equipamentos e das linguagens de televisão, DVD, CD-Rom e outras, bem como seu uso pedagógico, tanto para o aperfeiçoamento profissional quanto para motivação dos alunos, contribuindo dessa forma para a modernização do processo de ensino-aprendizagem e melhoria de qualidade da educação

a) Utilidade:

Este indicador dará a dimensão do alcance da ação que é a capacitação e produção de materiais didáticos, fornecendo dados quantitativos exatos.

b) Tipo:

- Eficiência da ação:

Oferta adequada de formação; material didático-pedagógico elaborado de forma satisfatório; documentos analíticos com resultados de avaliação de Programas com dados que correspondem a realidade de implementação das ações; custos adequados ao desenvolvimento das atividades e aos seus resultados.

- Eficácia da ação:

Os programas na área de formação ultrapassaram a meta física planejada, reduzindo os seus custos e ampliando a sua área de abrangência.

- Efetividade da ação:

As ações de formação alcançaram os resultados planejados, fortalecendo e ampliando os objetivos previstos.

c) Fórmula de cálculo:

A quantidade de profissionais capacitados (vagas) baseia-se na demanda dos Municípios.

d) Método de aferição:

O indicador é medido por meio da quantidade de concluintes do programa.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

DPCEAD/SEED/MEC

f) Resultado do indicador no exercício:

A ampliação da meta física desta ação aconteceu com a mobilização e sensibilização realizadas nas formações de formadores/multiplicadores nos dez encontros regionais realizados no ano de 2008, com expansão da rede nacional de formadores para além da rede estadual, atingindo, com a constituição dos Núcleos de Tecnologia Municipais – NTM, novos formadores/multiplicadores da rede municipal. Devido a esse fato relevante, a meta física da ação será revista nas próximas avaliações do PPA.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Alteração de procedimentos administrativos internos dificultaram a tramitação de processos: impressão e reprodução de material didático-pedagógico, descentralização de recursos, realização de eventos etc.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Implementação de sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos processos.

Desempenho Operacional da ação: 8434 – Produção e Veiculação de Programas, Materiais Pedagógicos e de Conteúdos Multimídia para a Educação Pública.

Objetivo:

Garantir o acesso à informação, ao conhecimento e à inclusão tecnológica e digital, bem como operacionalizar a educação continuada mediada por tecnologias e a distância de alunos e educadores da rede pública de educação, em todos os estados e municípios do País, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação.

a) Utilidade:

Esse indicador dará a dimensão do alcance da ação que é produção e veiculação de materiais pedagógicos e de conteúdos multimídia, fornecendo dados quantitativos exatos.

b) Tipo:

- Eficiência da ação:

Oferta da programação da TV Escola de acordo com as necessidades curriculares da Educação Básica, levando em conta tanto os referenciais do SAEB e ENEM, quanto à pesquisa realizada pelo Cesp/UnB, que avaliava os índices de adequação dos conteúdos veiculados ao universo escolar das escolas. Além do envio de complemento impresso (grades, guias e livros temáticos) para auxiliar na utilização dos conteúdos veiculados. Produção de documentários e séries voltados para a realidade escolar brasileira, tratando de assunto como o uso de novas tecnologias em sala de aula; educação fiscal; saúde do professor; e alfabetização.

- Eficácia da Ação:

A grade de programação da TV Escola em 2008, graças às produções e aquisições, conseguiu contemplar todas as disciplinas e áreas temáticas da Educação Básica, com um destaque para as áreas de Matemática e Língua Portuguesa.

- Efetividade da ação

As ações de produção e veiculação alcançaram os resultados planejados, fortalecendo e ampliando os objetivos previstos.

c) Fórmula de cálculo:

Baseia-se na quantidade de horas de produção de programas, bem como de objetos/conteúdos de aprendizagem produzidos.

d) Método de aferição:

O indicador é medido por meio da quantidade de professores que demandam os materiais e conteúdos a serem utilizados em sala de aula.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

DPCEAD/SEED/MEC

f) Resultado do indicador no exercício:

A meta física diz respeito à produção e veiculação de vídeos pela TV Escola e ao envio de material impresso de apoio para 80 mil escolas brasileiras. Não foi possível cumprir a meta física estipulada por conta das dificuldades de recepção do sinal televisivo em diversas regiões do Brasil, especialmente por conta de aparelhos receptores (antenas).

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Não se aplica

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não se aplica

Desempenho Operacional da ação: 8252 - Educação Profissional e Tecnológica a Distância - E-TEC Brasil

Objetivos: Ampliar, democratizar, expandir e interiorizar a oferta de ensino técnico de nível médio a distância público e gratuito, especialmente para o interior do País e para a periferia das áreas metropolitanas, por meio de programas de educação a distância, incentivando os jovens a concluírem o ensino médio e possibilitando sua inclusão no mercado de trabalho.

a) Utilidade:

Com os recursos da Ação foi possível ofertar gratuitamente, através das Instituições Públicas de Ensino, cursos de formação inicial e continuada para capacitação de gestores, professores e tutores, envolvidos diretamente no processo de ensino a distância, produção de conteúdos educacionais e material didático voltados aos cursos técnicos de nível médio, na modalidade de educação a distância, a serem ofertados no âmbito do Programa e-Tec Brasil.

Foi possível, ainda, estruturar núcleos de educação à distância nas instituições de ensino, para que estas possam oferecer cursos mais adequados, de qualidade, e que potencializem a educação à distância no país.

b) Tipo:

- Eficiência:

Os recursos da Ação foram descentralizados para Instituições Públicas de Ensino após a avaliação e aprovação de planilhas orçamentárias e projetos básicos. Devido ao crescimento da Educação a Distância no país e as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que visa promover investimentos que asseguraram maior acesso ao ensino público e gratuito no país por meio da oferta de vagas em cursos técnicos de nível médio à distância, voltados, preferencialmente para a formação inicial e continuada de professores, foi possível o repasse de recursos para os seguintes projetos: aquisição de equipamentos para os núcleos de EAD das instituições de ensino que integram o Programa e-Tec Brasil, visando consolidar o ensino a distância nas mesmas, aquisição de livros didáticos para estruturação das bibliotecas de pólos de apoio presencial selecionados, aquisição de equipamentos e de redes, capacitação de docentes e tutores, produção de material didático, contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas e pagamento de bolsas.

- Eficácia:

A eficácia do programa se dá no aumento da demanda pelos cursos técnicos de nível médio a distância, bem como de sua qualidade, indicando o acesso à informação e a capacitação dos professores.

Em relação ao repasse dos recursos da Ação para as instituições de ensino, foi possível contemplar todos os projetos que se enquadravam nos objetivos da Ação. Quanto aos objetos e resultados dos processos, ainda não é possível afirmar a eficácia dos mesmos, podendo apenas prevê-los, pelo fato de que os mesmos ainda não foram cumpridos por completo, devido às especificidades de cada um. Como exemplo podemos citar a oferta dos cursos, que ainda estão em andamento e na fase inicial de divulgação dos editais de seleção de alunos, sendo que, no geral, algumas etapas já foram cumpridas e outras etapas estão para acontecer.

- Efetividade:

A Ação atingiu os objetivos propostos, a partir da boa utilização dos recursos disponíveis. A efetividade da mesma pode ser vista de maneira clara ao observar a situação atual de cumprimento dos objetos, tais como: seleção de alunos e tutores, cursos de capacitação, oferta dos cursos, aquisição de bibliografia e equipamentos, entre outros.

c) Fórmula de cálculo

Os cálculos para repasse foram feitos dentro de parâmetros estipulados por especialistas em Educação a Distância - EAD e aprovados pelas diretorias responsáveis pelos projetos.

d) Método de Aferição

Métodos para aferição dos resultados elaborados de acordo com os parâmetros estabelecidos para cada projeto, sendo o indicador medido a partir da quantidade de alunos matriculados.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição

SEED/MEC é responsável por monitorar os resultados por meio de avaliações internas e externas.

f) Resultado do Indicador no Exercício

Produto: vaga ofertada

Meta Física Prevista: 50.000 vagas ofertadas (meta cumulativa)

Meta Física Realizada: 22.983 vagas ofertadas

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido

Em razão de 2008 ter sido ano eleitoral, e não ter sido possível o repasse de valores antes do final das eleições, o repasse ocorreu, para quase a totalidade das instituições, em meados de novembro, após o segundo turno. Outro fator impactante foi a determinação da SPO de utilização e cadastro dos convênios via sistema SICONV em meados de outubro. Devido ao sistema não conter uma interface que possibilite a análise dos projetos pelo MEC e, ao mesmo tempo, a execução financeira pelo FNDE, este último decidiu pela não adoção do SICONV até o próximo ano, devendo-se dar continuidade a elaboração, envio e execução dos Planos de Trabalho (PTA) conforme a metodologia já utilizada, até que os parâmetros no SICONV sejam regularizados para utilização pelo MEC e FNDE, em conjunto.

Deste modo, devido ao curto espaço de tempo e também ao fato de que todos os empenhos deveriam ser realizados até 31 de dezembro de 2008, muitas instituições não tiveram tempo hábil para realizar as licitações, havendo devolução de valores e/ou utilização de recursos próprios. E, em consequência, não foi possível a divulgação de todos os editais de seleção de alunos antes do final do exercício, sendo tal divulgação, bem como o início da oferta dos cursos, previstos para o início de 2009.

Ademais, o saldo resultante da diferença entre a dotação orçamentária para o exercício e o montante empenhado, se deu em razão do SIAFI acusar, em 31/12/2008, a falta de recursos disponíveis para o empenho da totalidade dos recursos previstos (R\$ 31,5 milhões).

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

O Programa passa por monitoramento e avaliações constantes, a partir das quais o Departamento de Regulação e Supervisão em Educação a Distância e a equipe de apoio do e-Tec, fazem as reformulações e correções necessárias. Nesse caso específico, o atraso no repasse e a devolução de recursos, por motivos que fugiram à competência da Secretaria de Educação à Distância,

prejudicaram o início dos cursos. A fim de solucionar esta questão e minimizar os impactos, está previsto o repasse da totalidade dos recursos previstos até fevereiro de 2009, de modo que a oferta de cursos não seja prejudicada em nenhum aspecto.

Desempenho Operacional da ação: 6372 – Integração e Expansão do Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública – Proinfo.

Objetivo:

Prevê aquisição, instalação e manutenção de tecnológicas educacionais, nesse caso materializadas em equipamentos de informática no formato de laboratórios para escolas públicas de ensino fundamental e ensino médio, Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) e Centro de Experimentação em Tecnologia Educacional (CETE). Prevê também a pesquisa, o desenvolvimento e manutenção de soluções multimídia em módulos aplicáveis à educação a distância, suporte técnico e pedagógico, acompanhamento e avaliação dos programas estaduais de introdução de tecnologias na educação.

Tem como uma das metas contribuir para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem da escola pública, por intermédio do uso pedagógico da telemática e educar para a cidadania em uma sociedade tecnologicamente desenvolvida.

a) Utilidade:

Instrumentalização das escolas públicas para utilização de tecnologia educacional nos processos educacionais objetivando a melhoria da qualidade da educação.

b) Tipo:

Para se conseguir a medição dessas dimensões o DITEC/SEED utiliza um sistema de informações que acompanha o processo desde a seleção das cotas a serem distribuídas (meta) até o percentual selecionado e atendido das metas. O sistema também controla todo o fluxo de informação dos percentuais financeiros executados de contratos para indicação de correção de rumos, bem como a efetividade final do alcance das ações pré-definidas, conforme relatórios em anexo para exemplificação dos relatórios possíveis de serem conseguidos pelo sistema.

- Eficiência da ação:

Em relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo, essa medida pode ser feita comparando-se os custos de aquisição dos laboratórios de informática que vem sendo minimizados, por ações de sistematização do processo de aquisição dos serviços e distribuição dos produtos.

- Eficácia da Ação:

Com o intuito de se medir o grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados, o sistema controla as metas definidas de atendimento de escolas por municípios e estados, e seu real atendimento pelo projeto acompanhando as seleções estaduais e municipais das escolas a serem beneficiadas, bem como as datas de

atendimento, sejam de entrega ou instalação dos serviços/produtos resultantes da ação, conforme pode ser visto no relatório de Escolas Atendidas Contrato 105/2006, anexo a esse relatório.

- Efetividade da ação:

Em relação aos os resultados alcançados e os objetivos que motivaram a atuação institucional, entre o impacto previsto e o impacto real de uma atividade, duas são as medidas avaliadas, a meta inicial e o atendimento final, que nos últimos anos vêm superando as metas o que se comprova pela sobra orçamentária dos valores orçamentários previstos, que são sempre re-investidos na execução da meta, ampliando os resultados previstos.

c) Formula de Cálculo:

Meta x Atendimento

d) Método de aferição:

Verificação da documentação fiscal (notas de venda/entrega) e termos de recebimento/instalação dos equipamentos adquiridos.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

DITEC/SEED/MEC

f) Resultado do indicador no exercício:

Escola equipada 26.000 escolas equipadas com laboratórios de informática compostos de 10 equipamentos cada um para o ProInfo Urbano e 5 equipamentos para o ProInfo Rural, sendo 19.000 laboratórios das escolas do ProInfo Urbano e 7.000 do ProInfo Rural.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Inserção no Sistema de Informações de pontos de controle que indicam a necessidade de infra-estrutura necessária.

Desempenho Operacional da ação: 2A74 – Infra-estrutura de Comunicações para a Educação Pública

Objetivo:

Prover a Infra-estrutura tecnológica de conexão, transmissão e recepção de dados, imagens, vídeos, sons e outras mídias ativas, definidas pelos programas da SEED, por satélite, soluções terrestres ou novas tecnologias de conexão que venham a ser desenvolvidas ao longo do período previsto pelo PPA para utilização pedagógica dos conteúdos disponibilizados por programas de inserção de tecnologias para apoio ao processo de ensino - aprendizagem em Instituições de ensinos brasileiras e nas bibliotecas escolares.

a) Utilidade:

Permitir o acesso aos conteúdos gerados pelos Programas da TV Escola pelos educadores e educandos do ensino público brasileiro, tanto pela veiculação de conteúdos pelo sinal de satélite contratado para esse fim, bem como pela distribuição de cópias desse conteúdo em formato DVD.

a) Tipo:

Para se conseguir a medição dessas dimensões o DITEC/SEED utiliza um sistema de informações que acompanha o processo desde a seleção das cotas a serem distribuídas (meta) até o percentual selecionado e atendido das metas. O sistema também controla todo o fluxo de informação dos percentuais financeiros executados de contratos para indicação de correção de rumos, bem como a efetividade final do alcance das ações pré-definidas.

- Eficiência da ação:

Em relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo, essa medida pode ser feita comparando-se os custos de aquisição dos Kits de DVD e do Sinal de Satélite que vem sendo minimizados, por ações de sistematização do processo de aquisição dos serviços e distribuição dos produtos.

- Eficácia da Ação:

Com a intenção de se medir o grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados, o sistema controla as metas definidas de atendimento de escolas por municípios e estados, e seu real atendimento pelo projeto acompanhando as seleções estaduais e municipais das escolas a serem beneficiadas, bem como as datas de atendimento, sejam de entrega ou instalação dos serviços/produtos resultantes da ação, conforme pode ser visto no relatório de Escolas Atendidas Contrato 105/2006, anexo a esse relatório.

- Efetividade da ação

Em relação aos os resultados alcançados e os objetivos que motivaram a atuação institucional, entre o impacto previsto e o impacto real de uma atividade, duas são as medidas avaliadas, a meta inicial e o atendimento final, que nos últimos anos vêm superando as metas o que se comprova

pela sobra orçamentária dos valores orçamentários previstos, que são sempre re-investidos na execução da meta, ampliando os resultados previstos

c) Fórmula de cálculo:

Meta x atendimento

b) Método de aferição:

Notas de venda/entrega) e termos de recebimento/funcionamento dos equipamentos e mídias entregues nas escolas.

c) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

DITEC/SEED/MEC

d) Resultado do indicador no exercício:

50.000 escolas beneficiadas pela transmissão do sinal da TV Escola, 18.900 escolas beneficiadas com os Kits de mídias volume II.

e) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

O recurso orçamentário/financeiro de capital existente nesta ação foi utilizado para a complementação do valor de capital da Ação 6372 para aquisição de soluções de informática para laboratórios das escolas pertencentes ao ProInfo Urbano.

f) Descrição das principais medidas implementadas e/ ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Inserção no Sistema de Informação de pontos de controle que indicam a necessidade de infraestrutura necessária.

2.4.1 - Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1- Passagens	R\$ 457.257,21	R\$ 612.590,11	R\$ 2.432.257,36
2- Diárias e Ressarcimento de despesas em viagens	R\$ 263.917,17	R\$ 279.185,80	R\$ 823.841,79
3- Serviços Terceirizados			
3.1- Publicidade			
3.2- Vigilância, Limpeza e Conservação			
3.3- Tecnologia da Informação			
3.4- Outras Terceirizações			
3.5- Suprimento de Fundos			
4- Cartão de Crédito Corporativo	R\$ 7.755,84	R\$ 5.662,84	R\$ 3.012,91

TOTAIS	R\$ 728.930,22	R\$ 897.438,75	R\$3.259.112,06
---------------	-----------------------	-----------------------	------------------------

3.Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cance- lados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cance- lados	Pagos	A Pagar
2006	129.895,29	-	125.031,40	863,89	12.480.581,43	-	12.360.581,43	120.000,00
2007	8.596.801,60	-	8.596.801,60	-	73.162.717,97	-	2.732.667,26	70.430.050,71
2008	1.665.394,84	-	981.700,00	683.694,84	12.400.319,25	-	1.350.940,10	11.049.379,15

OBSERVAÇÕES:

Em 2006

O valor R\$ 863,89 - Restos a Pagar Processado, refere-se ao exercício de 2005, aguardando apresentação de dados bancários da empresa;

O valor de R\$ 120.000,00 – Restos a Pagar Não-Processado, refere-se a descentralizações as Universidades Federais, aguardando liquidação.

Em 2007

O valor de R\$ 70.430.050,71 – Resto a Pagar Não Processado, refere-se a descentralizações as Universidades Federais, Fundações e contratação de empresas, aguardando liquidação.

Em 2008

O valor de R\$ 683.639,86 – Restos a Pagar Processado, referes-se a contratação de empresa, aguardando liquidação.

O valor de R\$ 11.049.379,15 – Restos a Pagar Não-Processado, refere-se a descentralizações as Universidades Federais.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício
Planilhas anexas

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não se aplica

8. Renúncia Tributária

Não se aplica

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não se aplica

10. Operações de fundos

Não se aplica

11. Despesas com cartão de crédito

FATURA			SAQUE	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
2006		R\$ 7.755,84		R\$ 2.360,00
2007		R\$ 5.662,79		R\$ 221,00
2008		R\$ 3.012,91		R\$ 550,00

Limite de utilização total da UG: R\$ 20.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: Emergenciais e de pequeno vulto	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Valor
Cláudia da Silva	R\$ 4.000,00
Daniel Aragão Parente Valentim	R\$ 4.000,00

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

13. Determinações e recomendações do TCU

Relatório nº 208734/2007

1. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.2.1 - Fuga ao procedimento licitatório, terceirização de serviços por meio de descentralização de créditos para a UnB onde o objeto é a prestação de serviços de atividade econômica de mercado, cujo produto não foi entregue pela UnB até a presente data, mesmo tendo sua execução encerrada em fevereiro de 2008. (010)

Recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Considerando que o prazo de entrega do trabalho era fevereiro de 2008, recomendamos que a SEED confirme se os serviços foram realizados ou iniciados, caso contrário que promova junto à Universidade de Brasília a devolução dos recursos transferidos àquela Universidade.

RECOMENDAÇÃO: 002

Recomendamos que a SEED apure a responsabilidade pela terceirização de serviços efetuada junto à Universidade de Brasília para prestação de serviços técnicos especializados.

Providências adotadas:

Esclareço que esta Secretaria adotou medidas que evitam a formalização de instrumentos que caracterizem fuga ao procedimento licitatório, conforme determinado a esta Unidade no Acórdão TCU 3246/2007.

2. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.2.2 - Não comprovação de atendimento de determinação do TCU sobre processos de aquisição de direitos de exibição de programas educativos. (011)

Recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos que a SEED apresente a documentação comprobatória determinada pelo TCU à CGU.

RECOMENDAÇÃO: 002

Recomendamos que a SEED apure a responsabilidade pela não apresentação da documentação comprobatória determinada pelo TCU.

Providências adotadas:

Informo que esta unidade continuará exigindo das contratantes e, conseqüentemente, anexando aos processos, a documentação em questão, com a finalidade de atender às determinações constantes do item 1.3 do Acórdão TCU/2007.

3. Item do Relatório de Auditoria : 2.1.1.1 - Inconsistência das metas físicas e financeiras apresentadas no relatório de gestão com as metas apresentadas no SIGPLAN.

Recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos que a SEED faça gestão junto à SPO/MEC para que os dados obtidos, a partir da execução física das ações tenham sincronia com os registrados no SIGPLAN.

RECOMENDAÇÃO: 002

Recomendamos à SEED criar rotinas de verificação do SIGPLAN, a fim de garantir a fidedignidade das informações transmitidas pelo SIMEC.

Providência adotada:

Informo que esta Unidade tem verificado mensalmente, no SIGPLAN e no SIMEC, as informações referentes às ações de responsabilidade desta Secretaria, visando a interação dos dois sistemas.

4. Item do Relatório de Auditoria : 2.2.1.1 - Intempestividade na apresentação das providências adotadas pela unidade com vistas ao atendimento das recomendações constantes do Relatório de Auditoria de Gestão, relativo ao exercício de 2006.

Recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos que a Unidade priorize a conclusão do atendimento das recomendações constantes do relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão referente a gestão do Projeto BRA/99/017 - PROFORMAÇÃO - exercício de 2006, e apresente a esta CGU os resultados.

RECOMENDAÇÃO: 002

Recomendamos que a Unidade ajuste seus controles de modo a apresentar tempestivamente as providências adotadas com vistas ao atendimento das recomendações constantes em Relatório de Contas da Unidade.

5. Item do Relatório de Auditoria : 2.2.1.2 - Não apresentação das memórias de cálculo e das justificativas das comissões que tornem único os resultados das contratações de 2 consultores. (014)

6. Item do Relatório de Auditoria : 2.2.1.3 - Contratação de consultor para perfil já existente no Ministério da Educação.

Recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos que nas consultas à CGGP sobre este tipo de processo de seleção, sejam acrescentados documentos comprobatórios, por critérios objetivos, de que o pessoal da própria Secretaria não possui a capacidade técnica para realização do serviço.

Providências adotadas:

Atendendo a esta recomendação, será providenciado o mapeamento da Força de Trabalho da SEED, sobretudo no que diz respeito às habilidades, formação, conhecimentos técnico/científico dos servidores pertencentes ao quadro permanente deste Ministério. Caso haja necessidade de contratação

de consultoria externa, tal mapeamento subsidiará esta Unidade no encaminhado à CGGP de relatório constatando a inexistência do profissional na Unidade, ao mesmo tempo em que se consultará sobre a disponibilidade do(s) profissional (ais) para atendimento do pleito.

7. Item do Relatório de Auditoria : 2.2.1.4 - Não apresentação das memórias de cálculo e das justificativas das comissões de seleção que tornem único os resultados das contratações de 3 empresas prestadoras de serviços.

Recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos que a SEED adote uma padronização dos relatórios de avaliação e a elaboração de mapas de apuração objetivos, detalhados e precisos para todos os processos licitatórios realizados.

Providências adotadas:

Com relação a este item, obtempera esta Administração, que a especificidade do produto é o vetor de seu detalhamento e a compreensão dos processos intrínsecos e peculiares de cada situação licitada implica inevitavelmente em uma interpretação do conceito de padronização dos processos licitatórios bastante amadurecida, de caráter empírico, processual, sem o viés demasiado positivista que o senso comum o poderia impingir. Assim esta Administração compreende a necessidade da “padronização dos relatórios de avaliação e a elaboração de mapas de apuração objetivos, detalhados e precisos para todos os processos licitatórios” e acata a recomendação como norte aos processos licitatórios citados.

8. Item do Relatório de Auditoria : 2.2.1.5 - Não apresentação da documentação do recurso apresentado por um dos licitantes do processo nº 23000.020434/2006-25, bem como existência de duas tabelas de pontuação, datadas em 5 de dezembro de 2006, mas com pontuações divergentes.

Recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos que a SEED apresente cópia da documentação do recurso apresentado por um dos licitantes do processo nº 23000.020434/2006-25.

Providências adotadas:

Quanto à recomendação deste item, foi encaminhada cópia à CGU da documentação do recurso apresentado por um dos licitantes do processo em questão.

9. Item do Relatório de Auditoria: 2.2.1.6 - Realização de contrato de prestação de serviços com cronograma de desembolso divergente do cronograma definido em termo de referência.

Recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos que a Unidade não efetue mais contratos de prestação de serviços sem obedecer o cronograma de desembolso definido no termo de referência.

Providência adotada:

A recomendação aponta a necessidade de esmero na observação de cronograma específico para que a execução do objeto esteja em total concordância com o constante do Termo de Referência.

A Administração concorda e buscará o rigor sugerido estando em discussão a possibilidade de constar no TOR alguma observação neste sentido. Por se tratar de exceção, o adiantado do trâmite licitatório forçou coincidência entre o início do cronograma de execução e o período de férias levando o MEC e o PNUD a considerarem viável o cronograma apresentado pela contratada. Porém, a divergência dos cronogramas não implicou em prejuízo ao resultado do projeto, bem como da majoração de seu valor em prejuízo ao erário público.

Esclareço que esta Unidade atentar-se-á para que não sejam celebrados contratos de prestação de serviços que não obedeçam o cronograma de desembolso definido no termo de referência.

10. Item do Relatório de Auditoria : 2.2.1.7 - Não apresentação do inventário anual de bens patrimoniais adquiridos no âmbito do projeto, do inventário/controles patrimoniais relativos aos bens já transferidos formalmente para a agência executora, bem como do relatório de bens patrimoniais.

Recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Conforme redação do Relatório de Auditoria Contábil nº 189949, de 2006, recomendamos ao projeto o tombamento dos bens, com a conseqüente elaboração de Inventário Anual, devendo o mesmo ser encaminhado a esta SFC.

Devido à reincidência do fato, solicitamos que seja apurada a Responsabilidade de quem deu causa a essa situação.

Em atendimento à recomendação 001, esclareço que foi realizado o tombamento dos bens e concluído o Inventário Anual. Cabe destacar que esta gestão não se eximiu da responsabilidade de solucionar a impropriedade em questão, tanto que, à época da visita da equipe de auditoria foram iniciados os procedimentos de regularização do inventário e de tombamento dos bens referentes ao Projeto mencionado, conforme documentação constante do processo 23000.006035/2008-13.

Providências adotada:

Esclareço que esta Unidade implantou rotinas visando o controle patrimonial efetivo e atentar-se-á para que não haja reincidência das irregularidades apontadas no Relatório Anual de Contas referentes aos exercícios de 2006 e 2007.

11. Item do Relatório de Auditoria : 2.2.1.8 - Divergências/faltas de documentos verificadas nas composições dos Processos nºs 23000.005472/2008-10, 23000.005473/2008-64 e 23000.005474/2008-17.

Recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos à unidade a formalização dos processos, por ordem cronológica de acontecimentos dos fatos, com a anexação de todos os documentos relativos às aquisições realizadas, principalmente com a composição das propostas tidas como base para as aquisições, bem como com os extratos dos contratos firmados.

Os esclarecimentos foram prestados por meio do Ofício nº 510/2008/SEED/MEC, de 28 de março de 2008, cuja cópia segue anexa.

Sobre a intempestividade para atendimento das solicitações, informamos que os procedimentos relativos a tombamento e patrimônio de bens dependiam de agentes externos ao projeto, o que dificultou a realização destas ações. Entretanto, os bens que estavam sob guarda dessa atual Coordenação a partir de 2004, foram devidamente acompanhados durante o período, possibilitando os procedimentos de tombamento.

Com relação à formalização dos processos, o projeto adotava método de arquivamento de documentos que facilitava a gestão dos procedimentos, uma vez que documentos com características diferentes chegavam intercalados com documentos de outra natureza, por exemplo: as prestações de contas de participantes de eventos eram enviadas por lotes pelos participantes, que enviavam a documentação a partir de diferentes municípios de um mesmo estado. Enquanto isto, a documentação referente à contratação de empresa para organização do evento seguia outro trâmite. Para não haver confusão entre estas documentações, o que dificultaria o controle de prestação de contas ou procedimentos junto ao sistema PNUD, o projeto realizava o arquivamento por assuntos. Entretanto, os documentos sempre foram arquivados em pastas próprias, sob controle do projeto e da SEED. Como houve recomendação da SFC para formação de processos numerados e arquivamento de documentos de forma cronológica, o projeto passou a adotar esta recomendação a partir de 2008.

Com relação à verificação de contas do processo da Sun & Tour houve dificuldades em função da saída da gerente financeira do projeto, bem como dos principais técnicos que eram responsáveis por este assunto. Concomitante à saída dos técnicos da equipe financeira, houve também troca dos gestores da SEED, o que gerou a demora na solução do problema. Aliado a isto houve mudança no sistema do PNUD, por meio do qual são emitidos os boletos para a devolução de recursos, o que também demandou tempo de apropriação dos novos procedimentos por técnico ainda inexperiente no sistema. Apesar destas dificuldades, as contas foram verificadas e a decisão foi comunicada à empresa, que efetuou a devolução do valor por meio de Guia de Recolhimento da União, conforme (Anexo VI).

Providências adotada:

12. Item do Relatório de Auditoria : 3.1.1.1 - Inconsistência das metas físicas e financeiras apresentadas no relatório de gestão com as metas apresentadas no SIGPLAN.

Recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos que a SEED faça gestão junto a SPO/MEC para que os dados obtidos, a partir da execução física das ações, tenham sincronia com os registrados no SIGPLAN.

RECOMENDAÇÃO: 002

Recomendamos à SEED criar rotinas de verificação do SIGPLAN, a fim de garantir a fidedignidade das informações transmitidas pelo SIMEC.

Em atendimento às recomendações deste item, esclareço que esta Unidade solicitou à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento deste Ministério, por meio do Memorando nº 2092, de 11/08/2008, anexo,

providências quanto à atualização no sistema SIMEC 2007 das ações desta Secretaria, atendendo também à recomendação 1 do item 3.1.1.1 do Relatório de Auditoria Anual de Contas.

Providências adotadas:

Informo que esta Unidade tem verificado, mensalmente, no SIGPLAN e no SIMEC, as informações referentes às ações de responsabilidade desta Secretaria, visando a interação dos dois sistemas.

13. Item do Relatório de Auditoria : 3.1.3.1 - Não apresentação de identificação pormenorizada de serviços e aquisições em plano de trabalho de convênio.

Recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos que a SEED adote medidas para melhorar seus controles nos casos de transferência de recursos financeiros.

RECOMENDAÇÃO: 002

Recomendamos que a SEED cumpra a seguinte determinação do TCU: "1.2.1 exigir da entidade conveniada, antes da formalização da avença, que o projeto básico integre o plano de trabalho, nos termos do art. 7º, inciso I, c/c o art. 116, inciso I, da Lei nº 8.666/93, identificando, pormenorizadamente, eventuais obras e serviços a serem executados”;

Providências adotadas:

Em atendimento a esta recomendação, esclareço que a Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão encaminhou à Coordenação de Convênios e Contratos desta Secretaria, por meio do Memorando nº 2160, de 14/08/2008, cópia constante do Anexo IX, no qual determina a obrigatoriedade de constar da instrução processual, nos casos de transferências de recursos voluntários, Projeto Básico e planilha de custos detalhada, integrando o Plano de Trabalho. Informo que a formalização dos instrumentos tem sido condicionada, obrigatoriamente, à apresentação dos documentos supracitados.

14. Item do Relatório de Auditoria : 3.1.3.2 - Aprovação de prestação de contas de convênio com falhas na execução.

Recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos que a SEED inclua nas próximas transferências de recursos, seja via convênios ou portarias de descentralização de créditos, cláusula orientando os convenientes que quando da dispensa de licitação com fundamento no inciso XIII do art. 24 da Lei 8.666/93, deve ser atentado para o fato de que os serviços especificados na lei devam ser executados diretamente pela instituição contratada, sendo vedada a subcontratação.

RECOMENDAÇÃO: 002

Recomendamos que a SEED cumpra a seguinte determinação do TCU: "1.2.3 incluir nos termos de convênios cláusula prevendo que a contratação de obra ou a aquisição de produtos ou serviços que

constituam objeto de atividade econômica de mercado, devem ser precedidas de licitação, nos estritos termos da Lei nº 8.666/93, conduzida por comissão constituída no âmbito da convenente, a teor do art. 51 da citada lei, sendo vedada a contratação direta de fundação de apoio para esse fim;"

Providências a serem Implementadas:

Em recomendação 001: Informo que a SEED incluiu nos instrumentos referentes às transferências de recursos, seja via convênios ou portarias de descentralização de créditos, cláusula orientando os convenentes que quando da dispensa de licitação com fundamento no inciso XIII do art. 24 da Lei 8.666/93, deve ser atentado para o fato de que os serviços especificados na lei devam ser executados diretamente pela instituição contratada, sendo vedada a subcontratação.

Em relação à recomendação 002: Informo que a SEED incluiu nos termos de convênios cláusula prevendo que a “contratação de obra ou a aquisição de produtos ou serviços que constituam objeto de atividade econômica de mercado, devem ser precedidas de licitação, nos estritos termos da Lei nº 8.666/93, conduzida por comissão constituída no âmbito da convenente, a teor do art. 51 da citada lei, sendo vedada a contratação direta de fundação de apoio para esse fim”.

15. Item do Relatório de Auditoria : 4.1.1.1 - Mudanças de itinerários em viagens, sem autorização formal do Ordenador de Despesas.

Recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Embora a Unidade tenha implantado rotinas de autorização e justificativas de alteração de datas de bilhetes de passagens, “por equívoco”, não obedeceu suas próprias rotinas, recomendamos à SEED que implante e adote rotinas operacionais de autorização e justificativas para mudanças de datas de bilhetes de passagens.

RECOMENDAÇÃO: 002

Quanto à não entrega de relatório de viagem nem comprovantes de embarques, que se tome providências reais de proibição de novas viagens dos favorecidos no âmbito do Ministério.

Providências adotadas:

Para que não mais ocorra tal irregularidade, esta Unidade está mais atenta à conferência nos processos referentes aos pedidos de viagens, evitando assim, novas ocorrências dessa natureza.

16. Item do Relatório de Auditoria : 4.2.2.1 - Não devolução de despesas com CPMF em convênio. (002)

Recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos que seja regularizada a situação do convênio nº 02/2003, solicitando da FUB a devolução corrigida de todas as despesas pagas referentes à cobrança de CPMF por parte da FINATEC.

Providências adotadas:

Quanto ao fato acima, em razão de interpretação equivocada, esclareço as providências já adotadas e sanadas pela Secretaria:

Por meio do Ofício nº. 884/2008-SEED/MEC, datado em 12 de junho último, esta Secretaria diligenciou a Fundação Universidade de Brasília – FUB, solicitando a devolução dos recursos no importe de R\$ 38.146,43 (trinta e oito mil, cento e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos), incluído os rendimentos auferidos da aplicação no mercado financeiro acrescidos de juros e outros rendimentos, na forma da Lei, totalizando em R\$ 43.320,43 (quarenta e três mil, trezentos e vinte reais e quarenta e três centavos).

Cabe destacar que, em referência a solicitação acima, a referida Instituição já procedeu o recolhimento dos recursos conforme 2008RA000077, datado de 01/07/2008.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Não se aplica

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não se aplica

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
SERVIDORES DO QUDRO PERMANENTE DO MEC	59
SERVIDORES DO QUADRO TEMPORÁRIO DO MEC (PROJETO PROFORMAÇÃO)	09
SERVIDORES CEDIDOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – MPOG	01
SERVIDORES DO MPOG EM EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO NA SEED/MEC	03
SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	03
SERVIDORES OCUPANTES DE DAS SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	07
FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS DA EQUIPE DE GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CONTRATO N.º 043/2005 – POLIEDRO INFORMÁTICA)	31
FUNCIONÁRIOS DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO (CONTRATO N.º 025/2006 – PH SERVICE)	23
ESTAGIÁRIOS DO MEC (CONTRATO CIEE)	04
TOTAL	140

SERVIDORES DO QUADRO PERMENENTE DO MEC	CARGO EFETIVO	FUNÇÃO
Abadio Pereira das Virges	Motorista Oficial	FG-01
Adenilde de Oliveira Souza	Técnico em Assuntos Educacionais	DAS 102.2
Alcir Souza Leite	Analista de Sistemas	DAS 101.3
Alessandro Marcal Bandeira	Técnico em Assuntos Educacionais	---
Aline Espíndola Braga	Técnico em Assuntos Educacionais	FG-01
Amanda Dominici Mendonça	Técnico em Assuntos Educacionais	---
Ana Maria dos Santos Borges	Arquivista	---
Anady Rodrigues de Queiroz	Técnico em Assuntos Educacionais	---
Antônia Maria Oliveira Barros	Agente de Cinematografia e Microfilmagem	FG-02
Cecília Guy Dias	Técnico em Assuntos Educacionais	FG-02
Cláudia da Silva	Auxiliar em Assuntos Educacionais	DAS 101.3
Cleuza Dutra Siqueira	Agente Administrativo	---
Dalvanisa Luiz Silva de Oliveira	Técnico em Assuntos Educacionais	FG-01
Daniel Aragão Parente Valentim	Técnico em Assuntos Educacionais	DAS 101.1
Eliciano Pinheiro da Silva	Datilógrafo	DAS 101.1
Eliete de Magalhães Viana Rosário	Técnico em Assuntos Educacionais	DAS 101.2
Fabrcio César Moreira	Agente Administrativo	DAS 101.1
Fausto Márcio Barbosa	Técnico em Assuntos Educacionais	DAS 101.3
Felippe Vilaça Santos	Agente Administrativo	FG-01
Francisca Negreiros da Silva	Agente Administrativo	FG-01
Gilberto Gonçalves	Arquivista	FG-01
Iron Bezerra de Souza	Analista de Sistemas	---
Ivone Costa de Oliveira	Datilógrafo	DAS 101.3
Japir Evangelista dos Santos	Analista de Sistemas	DAS 101.2
José Pereira Magalhães	Agente de Portaria	---
Josias Marques Pereira	Analista de Sistemas	---
Leonardo dos Santos	Auxiliar em Assuntos Educacionais	---
Lídia Hubert	Técnico em Assuntos Educacionais	DAS 102.2
Luciana dos Santos	Técnico em Assuntos Educacionais	---
Luciane Farias Carneiro	Técnico em Assuntos Educacionais	DAS 101.1
Lucianna dos Santos Almeida	Técnico em Comunicação Social	FG-01
Márcia Maria da Conceição Silva	Técnico em Assuntos Educacionais	---
Maria Carolina Machado Mello Sousa	Técnico em Assuntos Educacionais	FG-01
Maria da Guia Vieira	Técnico em Assuntos Educacionais	FG-01
Maria da Luz Costa	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	---
Maria de Fátima Gonzalez Schenini	Técnico em Comunicação Social	---
Maria de Lourdes Dias Ambrósio	Programador	DAS 101.1
Maria do Socorro Lopes Lima	Agente de Cinematografia e Microfilmagem	---

Maria Luiza Letta	Técnico em Assuntos Educacionais	---
Mariza Helena da Cruz	Perfurador Digitador	---
Milton César de Souza Leite	Analista de Sistemas	FG-01
Nara Regina Severo Lucas	Psicólogo	---
Paula Simonetti	Administrador	FG-01
Paulo Roberto Fernando e Rodrigues	Desenhista	RGM 1212
Pedro Fernando Avalone de Athayde	Técnico em Assuntos Educacionais	FG-02
Rafael Sado Andrade	Analista de Sistemas	DAS 101.2
Renata Silva de Almeida dos Santos	Técnico em Assuntos Educacionais	DAS 101.1
Roberto do Nascimento Silva	Agente Administrativo	FG-01
Rogério de Jesus Costa Sousa	Agente Administrativo	DAS 101.4
Ronara de Castro A. Alcântara	Técnico em Assuntos Educacionais	DAS 102.2
Sandro da Silva Alwan	Analista de Sistemas	FG-01
Simone de Almeida	Técnico em Assuntos Educacionais	FG-01
Simone Medeiros	Técnico em Assuntos Educacionais	DAS 101.4
Stela Fontes Ferreira da Cunha	Agente Administrativo	DAS 101.2
Valdinéia Chagas de Araújo	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	FG-01
Vânia Maria Bezerra Carneiro	Técnico em Assuntos Educacionais	DAS 101.3
Waleska Resende Gonçalves	Administrador	DAS 101.3

SERVIDORES DO QUADRO TEMPORÁRIO DO MEC (PROJETO PROFORMAÇÃO/SEED)	CARGO EFETIVO	FUNÇÃO
André Luiz Ribeiro Martins	Classificação Pedagógica III	---
Josué de Araújo	Classificação Administrativa III	
Joyce de Fátima Silva Almeida	Classificação Administrativa I	
Liliane Carneiro dos Santos	Classificação Pedagógica III	
Luciana Leal da Silva		
Luciane Sá de Andrade	Classificação Pedagógica V	
Marco Antônio Marques de Amorim	Classificação Administrativa III	
Matias Gonzalez de Souza	Classificação Planejamento IV	
Raimundo Nonato Aires	Classificação Orç. e Financeira III	

SERVIDORES CEDIDOS DO MPOG	CARGO EFETIVO	FUNÇÃO
Maria Suely Carvalho Berto	Especialista em Pol. Públicas e Gestão Governamental	DAS 101.4

SERVIDORES DO MPOG (GESTORES)	CARGO EFETIVO	FUNÇÃO
Marcos André Vieira Flores	Especialista em Pol. Públicas e Gestão Governamental	---
Patrícia Parra Ferreira	Especialista em Pol. Públicas e Gestão Governamental	DAS 101.4
Raul Miranda Menezes	Especialista em Pol. Públicas e Gestão Governamental	---

SERVIDORES REQUISITADOS COM ÔNUS	CARGO EFETIVO	FUNÇÃO
Ângela Maria Martins	Professor da SEDUC/GDF	DAS 101.2
Silvia Helena Rodrigues	Professor da SEDUC/GDF	DAS 102.3

SERVIDORES REQUISITADOS SEM ÔNUS	CARGO EFETIVO	FUNÇÃO
Carlos Eduardo Bielschowsky	Professor da UFRJ	DAS 101.6

SERVIDORES – DAS SEM VÍNCULO	CARGO EFETIVO	FUNÇÃO
Adriane Klamt da Cunha	Cargo Comissionado	DAS 101.4
Antônio Carlos Alves Carvalho	Cargo Comissionado	DAS 101.4
Antônio Carlos Scandaroli	Cargo Comissionado	DAS 101.4
Demerval Guillarducci Bruzzi	Cargo Comissionado	DAS 101.5
Érico Gonçalves da Silveira	Cargo Comissionado	DAS 101.4
Hélio Chaves Filho	Cargo Comissionado	DAS 101.5

FUNCIONÁRIOS – TEC. DA INFORMAÇÃO (CONTRATO POLIEDRO INFORMÁTICA)	CARGO EFETIVO
Alanke Farias Pereira	Documentador de Sistemas
Alciney Alves Pereira	Programador Pleno
André Mauricio de Souza	Analista de Sistemas
Andréia da Silva	Documentador de Sistemas
Antônio Picarelli	Analista de Sistemas
Ariane de Melo Bretas	Analista de Sistemas
Celso Ribas Júnior	Analista de Sistemas
Cláudia Castro de Queiroz	Webdesigner Pleno
Ecicleide Queiroga de Moura	Documentador de Sistemas
Edvaldo Gomes Lindoso	Programador Pleno
Francisco William Saldanha	Analista de Teste de Sistemas
Gabriel Antônio da Silva	Programador Júnior
Gerson Otenel Peres Prestes	Analista de Sistemas
Gislaina Alice Boaventura Gonçalves	Documentador de Sistemas
Humberto Roncato Portes	Analista de Sistemas
Ivanilson Costa de Oliveira	Analista de Sistemas
Johnson Alcindo Souza Leite	Programador Júnior
José Carlos Silveira Fiel	Programador Pleno
Juscelio Dutra de Sousa	Programador Pleno
Karla Joseane Costa Torres	Programador
Laysse Luzia Santos	Programador Júnior

Lucilene Pereira de Almeida	Programador Pleno
Marcos Fábio Bentes Carreira	Programador Pleno
Nívia Castro Queiroz	Programador Sênior
Paula Figueiredo Falcomer	Programador Júnior
Regiane Soares de Carvalho	Analista de Teste de Sistemas
Renata de Sousa Souto	Programador Júnior
Renato Lopes da Silva	Programador Pleno
Thiago Almeida Santos	Programador Sênior
Tiago Hamilton de Oliveira da Silva	Técnico de Suporte Hard./Soft. Pleno
Victor França Guimarães	Analista de Sistemas

FUNCIONÁRIOS – APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (CONTRATO PH SERVICE)	CARGO EFETIVO
Ádila Almeida Conceição	Assistente Técnico Nível III
Adonay Tarcísio Marques	Assistente Técnico Nível III
Ághata Camilla de Souza Lima	Assistente Técnico Nível III
Alessandra Paula de Sousa Anjos	Assistente Técnico Nível III
Carmem dos Santos Rocha	Assistente Técnico Nível III
Edna Queiroga de Moura	Assistente Técnico Nível III
Filomena de Fátima de Sousa Santos	Assistente Técnico Nível I
Gisele Santos Teixeira	Assistente Técnico Nível II
Helaine Castro Queiroz	Assistente Técnico Nível II
Irani Cândido de Araujo Tavares	Assistente Técnico Nível II
Leide Roriz Vieira	Assistente Técnico Nível III
Liniane Maria Olympio	Assistente Técnico Nível III
Luana Silva Queiroz	Assistente Técnico Nível III
Lucianna Christina C. de Oliveira	Assistente Técnico Nível I
Magdália da Conceição Santos	Assistente Técnico Nível II
Marli da Silva Teles	Assistente Técnico Nível II
Mírian Borges Neiva	Assistente Técnico Nível I
Patrick Pereira de Abreu	Assistente Técnico Nível III
Rodrigo de Souza Lopes	Assistente Técnico Nível II
Rosanea Vilas Boas do Nascimento	Assistente Técnico Nível III
Rosângela da Silva Neres	Assistente Técnico Nível I
Syumara Heyn de Aquino	Assistente Técnico Nível II
Thereza Torres	Assistente Técnico Nível II

ESTAGIÁRIOS MEC (CONVÊNIO MEC/CIEE)	
Ana Cíntia Vieira Rocha	Estagiária de Nível Superior
Elayne Cristine Pimenta Aguiar	Estagiária de Nível Superior

Rayane Vieira da Silva	Estagiária de Nível Superior
Sílvia Nery de Aquino	Estagiária de Nível Superior

CONSULTORES PRODUTO (UNESCO)	CARGO EFETIVO
Adriana Aparecida Souza Vale	Consultor Produto
Dalva de Oliveira	Consultor Produto
Iara Maria Grillo	Consultor Produto
Cristiane Edna Camboim	Consultor Produto
Luciana Trigo de Souza Oliveira	Consultor Produto
Sônia Maria de Melo Barbosa	Consultor Produto
Ericka Rocha Ferreira	Consultor Produto
Rosalva Ieda V. G. de Castro	Consultor Produto

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Não se aplica

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

- **Declaração da Contadora Responsável**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n. ° 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada Secretária de Educação a Distância - SEED que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 20 de Abril de 2009.

Assinatura manuscrita em roxo.

Iara Ferreira Pinheiro
CRC DF 016234/O-0

Contadora Responsável pela Unidade Jurisdicionada